



**ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA
PORTO ORGANIZADO DE SANTANA**

Data: 12.04.2005

Horário: 15:30 horas

Local: Sala de reuniões do prédio do Escritório Central da Companhia Docas de Santana

1. Expediente

1. 1- Assinatura da lista de presença dos membros do CAP

Conforme registrado na ata, compareceram: Wilson do Egito Coelho Filho (Presidente), Odival Monterrozo Leite, José Adeílton Barbosa Leite, Ivancy Magno de Oliveira, Mauro Carlos Ferreira de Magalhães, Jarbas Gomes Pereira, Manoel Moura de Carvalho, Claudivaldo Soares Uchoa, Edílson Barros dos Santos, Valdecírio Cordeiro Marques, Jurandil dos Santos Juarez, Jaime Domingues Nunes, Tarcísio Barbosa Lima. E os convidados: Rosemary Fabião, Paulo Marques Carneiro e Sérgio Ventura Paixão.

1. 2- Ausências Justificadas

Não houve nenhuma ausência justificada.

1. 3- Leitura, Discussão e Votação da ata da 103ª Reunião Ordinária

O Presidente do CAP deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos. Em seguida colocou em votação a Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.

2. Comunicações

2.1- Comunicação da Presidência

O presidente do CAP comunicou que assumiu interinamente a presidência, já que o titular Irani Dutra Siqueira renunciou, disse que continuará presidindo os trabalhos até que o ministro indique outra pessoa ou confirme a sua nomeação, disse que desde a última reunião houve um lapso de tempo enquanto a Companhia recém assumida se organizava, tendo muitas perspectivas boas que ao longo da reunião o presidente da CDSA vai comunicar.

3. Ordem do dia

3.1- Pagamento das dívidas da administração anterior

O presidente da CDSA, José Adeílton Barbosa Leite deu boas vindas a todos, em seguida tratando do assunto em pauta, apresentou uma transparência contendo uma planilha que retrata resumidamente a situação financeira da CDSA, que abaixo transcrevemos.

Situação Financeira da CDSA

Saldo em conta corrente em 31.12.2004

1 – Banco do Brasil	359,09
2 – Bradesco	487,45
Total	846,54



Contas vencidas até 31.12.2004	
1 – Fornecedores diversos	64.630,01
2 – Cofins de março a dezembro/2004	89.926,29
3 – IRRF de setembro a dezembro/2004	15.783,66
4 – Pis de março a dezembro/2004	20.788,77
5 – CSLL	6.566,91
6 – Contribuição sindical	827,21
7 – INSS de abril a dezembro/2004	261.450,22
8 – ISS de outubro/2003 a dezembro/2004	67.337,52
Total	527.310,59

Contas a pagar até 31.01.2005	
1 – Indenizações	66.031,94
2 – Rodolfo Juarez	97.066,66
3 – Multa Receita Federal	10.000,00
4 – Beija-flor publicidade	24.000,00
5 – Aduana Editora LTDA	11.300,00
6 – Juro/multa dos impostos atrasados	85.292,25
Total	293.690,85
Total das dívidas	821.01,44
Resultado final	820.154,90

Chamou a atenção que esta dívida compromete 45,56% do orçamento aprovado para 2005. Diante disto o presidente relatou que reestudou todas as despesas e receitas ocorridas em 2004 e presumiu que fazendo uma gestão voltada para a redução de custos concomitantemente com o aumento da receita seria a única saída para sanear a empresa no curto prazo, uma vez que repasses extra-orçamentários estão descartados. Falou que elaborou junto com os demais diretores um plano de ação que prevê uma receita 15% superior a de 2004. A partir desta premissa realinhou todas as despesas administrativas e operacionais de maneira tal que houvesse sobra de caixa suficiente para honrar as dívidas herdadas. O presidente adiantou que, passado o primeiro trimestre de 2005, onde a receita foi 10,84% superior ao primeiro trimestre de 2004, conseguiu cobrir as despesas administrativas e operacionais, pagar todos os tributos e destinar o recurso previsto no plano de ação para honrar dívidas passadas. Entretanto enfatizou que esta é uma situação anormal na medida em que o quadro de funcionários não está completo e manutenções e novos investimentos na infraestrutura portuária no modo geral estão sendo postergadas. Ainda teceu comentários a respeito do contrato entre CDP e AMCEL, sub-rogado pela CDSA válido até julho de 2012, firmado em bases muito favoráveis a AMCEL, que paga em torno de 21% do valor normal da tarifa do porto e ainda por cima sem nenhuma cláusula de reajuste, que é preciso ser revisto para que o porto consiga prestar os seus serviços de forma adequada. Acrescentou que, ao contrário do que deu entender na primeira reunião para revê-lo, a diretoria da Amcel informou que não tem condições de pagar uma tarifa



maior em razão da desvalorização do dólar, tendo o presidente contestado dizendo isto não pode continuar assim uma vez que precisa de aproximadamente oitocentos mil reais/ano só para dar manutenção nos equipamentos, sistema de energia elétrica, píers, monitoração eletrônica, armazéns etc. Em aparte o Conselheiro Ivanci Magno de Oliveira expôs sua preocupação quanto a situação da empilhadeira Belotti. O presidente da CDSA respondeu que foram abertas duas sindicâncias, uma pela CDSA que convidou seus ex-dirigentes a prestar esclarecimentos sobre o incêndio ocorrido na Belotti, havendo apenas o comparecimento do Magno Oliveira que pouco esclareceu, e outra pela CDP a qual ainda não teve acesso. Dessa forma, com base em documentos e informações prestadas por terceiros, o próximo passo é acionar na justiça a empresa que utilizava a máquina e penalizar os responsáveis pelos danos causados. Finalizou que por estas e outras razões ainda pairam ameaças de intervenção no porto por parte do Ministério dos Transportes.

3.2- Levantamento das áreas da zona portuária que estão invadidas

O Presidente da CDSA disse que de uma área de 64 hectares, que é a área original do porto de Santana registrada em cartório, restam apenas 12 hectares, dos quais, 6,5 estão arrendados para a AMCEL, logo, a área disponível do porto hoje, é a do pátio de container, a dos dois píeres, a de um galpão e de um armazém, o que totaliza 5,5 hectares aproximadamente. Acrescentou que isto é um entrave muito grande ao desenvolvimento do porto.

3.3- Providências que estão em estudo para reaver a área

O presidente da CDSA, se baseando em relatório da assessoria jurídica, informou que as áreas podem ser retomadas, independentes do tempo de ocupação, à luz do novo Código Civil. O presidente complementou dizendo que muitas dessas famílias e empresas que ocupam tal área, possuem título dado pela prefeitura a partir de 1990. Enfatizou que, mesmo não sendo advogado, entende que esses títulos não têm valor legal na medida em que foram emitidos muitos anos depois do registro em cartório da área do porto que foi em 1983. Em à parte o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez considerou oportuno intervir para frisar que haverá uma inquietação muito grande se alardearmos que não haverá indenização aos ocupantes. No seu entendimento é necessário fazer as intervenções no campo da legalidade, inclusive indenizando os ocupantes das terras, se esta for a decisão do judiciário, o que concordou o Presidente da CDSA. Rememorando as atribuições do Conselho de Autoridade Portuária – CAP o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez relatou que de acordo com o Regimento Interno, qualquer equipamento para ser retirado do Estado do Amapá necessita de autorização expressa do CAP. Na sua visão "foi ferido de morte uma determinação que é caríssima a este Conselho por sua diretoria", que em virtude disto entende que o monitoramento das ações para reparar os danos causados a esta Companhia, deve ser feito pelo CAP, que por sua vez deve acionar o serviço de patrimônio da União, pois entende que o bem é do Governo Federal, para que o mesmo tome as providências legais e cabíveis. O Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez estranhou que o contrato entre CDSA e AMCEL, não preveja reajuste e considera ser oportuno a intervenção do CAP para modificá-lo. O Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez



lamentou não ter participado mais ativamente das reuniões do CAP, em função de seus afazeres no governo, mas deseja retornar a um tema já discutido anteriormente que é a participação de dois membros do CAP no CONSAD da CDSA. Enfatizou que muitas destas questões levantadas agora já teriam sido melhor encaminhadas se esta providência tivesse sido tomada e exortou o Presidente da CDSA a diligenciar neste sentido. Enfatizou que o relatório como foi colocado de forma candente da situação da CDSA pelo seu presidente o convenceu de que sua situação é caótica. E aí convida os demais membros do CAP a interceder no sentido de ajudar a empresa. Continuando solicitou que fossem disponibilizados todos os contratos de aluguel de equipamentos para que uma comissão paritária do CAP, fizesse análise, evitando assim futuras surpresas desagradáveis. O Conselheiro entende que deve haver uma reformulação tarifária na Companhia sem, contudo tornar os preços praticados por ela superiores aos demais concorrentes, no que concordou o atual Presidente da CDSA; enfatizou que apesar das ameaças de intervenção ainda reinantes, é interesse do governo do Estado manter regionalizada a administração do Porto de Santana, e que a diretoria da CDSA poderá contar com o apoio de todo o setor produtivo do Estado nesse sentido. Inclusive exorta o CAP a se juntar nesta tarefa salientando que o Porto deverá manter sua vocação de ser a entrada da navegação na Amazônia. Para finalizar solicitou que os contratos de aluguéis de equipamentos e balancetes mensais fossem disponibilizados na próxima reunião do CAP para análise. Retomando a palavra o Presidente do CAP Wilson do Egito Coelho Filho informou que o Ministro dos Transportes tem interesse que a administração do porto continue como está, que foi dado um voto de confiança para que a nova gestão mostre resultados, e envidará esforços no Ministério dos Transportes para carrear recursos extra-orçamentários para o porto visando contribuir na sua reconstrução. Deixou claro que toda e qualquer ação de retomada de áreas será feita no estrito campo da legalidade. Em à parte o Presidente da CDSA informou que colocará a disposição dos membros do CAP qualquer informação sobre a empresa. O Conselheiro Ivanci Magno de Oliveira fazendo uso da palavra parabenizou a atitude do Presidente da Companhia em trazer para o CAP as questões corporativas e se prontificando a disponibilizar quaisquer informações aos seus membros. Enfatizou que se isso tivesse ocorrido na gestão passada, a situação da empresa não estaria no estágio em que se encontra atualmente. Em à parte o Conselheiro Odival Monterrozo Leite também se manifestou preocupado com a ocupação das áreas da Doca. Acrescentou que é intenção do governo do Estado, o qual representa, interligar os modais de transporte do Estado. Considerou essa alternativa uma boa saída para a morosidade do desenvolvimento do Estado. Elencou que há necessidade de interligar os vetores: porto, BR156, AP 070, estrada de ferro e o aeroporto, de maneira que o Governo do Estado do Amapá – GEA não vai ficar alheio às questões do Porto de Santana e defenderá a sua administração regional. Levantando uma questão de ordem a Assessora jurídica da CDSA Keila Nascimento, falou que não vai ser ferido o direito de propriedade amparado pela Constituição Federal. O porto está registrado no cartório de imóveis e não acredita que o cartório tenha cometido a insanidade de registrar o mesmo imóvel em dois nomes de proprietários diferentes. Em à parte o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez informa que infelizmente este fato ocorreu. Prossequindo a Assessora informou que vai



juntamente com o CAP, encaminhar esta ação da forma mais adequada possível e dentro da legalidade. Continuando a Assessora salientou que a empilhadeira Belotti saiu do Estado do Amapá com autorização do CAP, ao contrário do que relatou o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez, inclusive com a manifestação dele quando, na 96ª reunião do CAP em .16/02/2004, o mesmo fez recomendações para que se busque um meio de se remeter esta máquina para Belém e arcar com as despesas de manutenção, a moção foi aprovado naquele momento. No entendimento da Assessora na realidade houve uma fraude cometida contra a Receita Federal e o CAP, pela gestão anterior, quando simulou a necessidade de uma manutenção na máquina para na verdade alugá-la a terceiros. No seu entendimento devem ser tomadas as providências cabíveis para processar os antigos dirigentes que se mancomunaram com a empresa locatária para burlar a Receita Federal e o CAP.

3.4- Contatos com possíveis novos usuários

Em viagem ao Mato Grosso, o presidente da CDSA, participou de uma audiência com o governador Blairo Maggi, onde foi disponibilizar o porto de Santana para o escoamento de parte da soja produzida naquele estado, tendo como atrativos a tarifa do porto ser a mais competitiva entre os principais portos do Brasil, um bom calado, excelente posicionamento estratégico além de outras vantagens competitivas. O governador informou que a saída de parte da soja do Mato Grosso será pelo porto de Santana mais antes precisa concluir a BR 163. O conselheiro Odival Monterrozo Leite, disse que grandes empresários do segmento de grãos, têm no porto, uma grande alternativa econômica de baratear seus fretes para que tenham preço mais competitivo no mercado mundial. O Presidente da CDSA relatou sua viagem a São Paulo para encontrar-se com a diretoria de logística da Jarí Celulose e colocar à disposição o porto de Santana para que a pasta de celulose produzida pela Jarí fosse embarcada através do porto; as informações que obteve junto à diretoria de logística, dão conta de que a Jarí está enfrentando problemas com o assoreamento do seu porto, de maneira que o calado está diminuindo e a mesma está com dificuldade de embarcar a pasta de celulose, uma vez que os navios que lá encostam não têm conseguido colocar toda a sua capacidade de carga. Para solução deste problema a Jarí tem três alternativas: a 1ª é fazer uma dragagem do trecho assoreado; a 2ª é fazer outro porto e a 3ª opção seria o porto de Santana que tem um calado adequado e boa localização, porém não possuindo local de armazenamento de carga. Deduz-se então que a alternativa mais viável seria o Porto de Santana já que as outras opções seriam bastante onerosas, bastando no entanto que sejam feitos armazéns no nosso porto, ou em último caso, arrendamento dos antigos armazéns da BRUMASA, seguido de manutenção, para que ficassem aptos a armazenar a pasta de celulose.

3.5- Reestudo do plano PDZ

O Presidente da CDSA disse que analisando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ em vigor juntamente com o Presidente do CAP Wilson do Egito Coelho Filho verificou que há necessidade de reformulá-lo. Novos projetos estão sendo propostos ao porto (o caso dos grãos, minério de ferro, ferro guza, madeira, terminal de balsas, etc.), nos estimulam a reestudar o PDZ preservando, conforme o



atual, a área do bairro e ocupando a área da antiga BRUMASA e as ocupadas por empresas privadas no terreno do porto. Em à parte o Conselheiro Jurandil dos Santos Juarez recomendou que o porto deve priorizar a sua vocação de entreposto de terminal de contêineres neste reestudo. No que concordou o Presidente da CDSA. O Presidente do CAP enfatizou que o estudo deve contemplar a ocupação de áreas sem que acarretem muitos conflitos jurídicos e, inclusive que contemple a interligação da ferrovia ao porto, provavelmente passando pelo centro da rua Cláudio Lúcio Monteiro, na medida em que seria um problema menor que o das carretas que trafegam a toda hora pela via. Acrescentou que este pensamento vai de encontro aos interesses do Estado e corrobora com o que falou o Secretário Odival Monterrozo Leite na interligação dos modais de transportes. Ao final o Presidente da CDSA exortou a todos os membros do CAP para remeter idéias visando enriquecer o estudo do PDZ.

3.6- Alterações do CAP já publicadas no Diário Oficial da União

O presidente do CAP informou as alterações em quatro blocos. No bloco do poder público confirmou a indicação do prefeito Antônio Nogueira de Souza, que indicou para titular Ivancy Magno de Oliveira e suplente Odair José Barbosa de Freitas; no bloco dos operadores portuários, o titular é o presidente da CDSA, José Adeilton Barbosa Leite e suplente Mauro Carlos Ferreira de Magalhães; no bloco da classe dos trabalhadores portuários, o titular é Jarbas Gomes Pereira e suplente Manoel Moura de Carvalho, e no quarto bloco, seus membros não foram definidos. Necessitando portanto ser ultimadas as providências pelas respectivas entidades para indicação dos seus representantes.

4. Fixação da data da Próxima Reunião

A próxima reunião ficou agendada para o dia 31 de maio de 2005, na sala do escritório central da Companhia Docas de Santana.

5. Assuntos Gerais

5.1- O Que Ocorrer

Foi discutido o envio da ata por e-mail aos membros do CAP, para que se ganhe tempo na leitura da mesma e para fazer eventuais comentários e correções. O presidente da CDSA avisou aos conselheiros sobre os novos números de telefones e da instalação da central virtual. Nada mais a tratar, eu Derlane de Nazaré Santiago Pereira lavrei a presente ata que após lida e achada será assinada pelo senhor presidente, por mim e pelos demais conselheiros.

Wilson do Egito Coelho Filho

Presidente do CAP

Derlane de Nazaré Santiago Pereira

Secretária em exercício do CAP